

Nos anos de instabilidade que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, milhares de obras de arte desapareceram de museus, igrejas, hotéis, gabinetes públicos e coleções particulares portuguesas, atravessando fronteiras numa vertigem de esvaziamento até hoje por estudar e, em grande medida, mantida em segredo. Para a série Portugal em Fuga, vencedora da I Bolsa de Investigação Jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian, Vanessa Rato encontrou o rasto de sete obras e das narrativas, às vezes desesperadas, que ditaram os seus destinos — o retrato de um país em mudança.

# O magnífico leilão do PREC em Genebra

**Série Portugal em fuga (III)** A 27 de Abril de 1976, a Christie's levantava o martelo sobre uma venda portentosa: *Magnificent Silver* foi o título do leilão que dispersou pelo mundo algumas das melhores pratas, que estavam na posse de duas famílias: os Espíritos Santos e os Palmelas. Essa venda representou uma das grandes perdas do Portugal dos anos de instabilidade do PREC e da Reforma Agrária

Por **Vanessa Rato**

## Parte 2: Os Palmelas

**A** 17 de Março de 1975, Luís Maria d'Assumpção de Sousa e Holstein Beck terá sido o último dos cinco membros do conselho de administração do Banco Pinto & Sotto Mayor a ser capturado e preso.

Aproximava-se a meia-noite quando a brigada militar armada que o levaria a Caxias chegou a Queluz.

Aquela hora, Luís Maria, sexto duque de Palmela, quinto marquês do Faial, sexto conde de Calhariz, dormia. À época, a família vivia no Palacete de Pombal. Seria uma das propriedades a passar pouco depois para o Estado. Naquele Março quente de 1975, po-

rém, os quartos de dormir ainda ficavam no primeiro piso. Em baixo, no piso térreo, foi a duquesa, Maria Teresa de Jesus Assis Pereira Palha, quem recebeu os 13 homens do Copcon (Comando Operacional do Continente) e viu seis deles, todos armados, subir as escadas.

Horas antes, naquela manhã, na sede do banco, na Rua do Comércio, tinham-se cumprido os restantes man-

dados de captura ordenados para o Sotto Mayor por Rosário Dias, assessor económico do então primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Entre os primeiros presos, detidos na sede do banco, na Rua do Comércio, estava outro herdeiro português: Bernardo de Lancastre Mendes de Almeida, quinto conde de Caria.

Sob suspeita de crime

de exportação ilícita de capitais, duque de Palmela e conde de Caria ver-se-iam reunidos na cela 6 de Caxias – a mesma onde há quatro dias estavam já os homens Espírito Santo, acompanhados pelos Ricciardis e os Mellos.

Um dos reclusos escreveria sobre aquela “sórdida mas saudável mansão”, outro haveria de desenhá-la: um retângulo com cinco beliches, uma mesa e uma única janela gradeada – nos meses seguintes, seria ali que 14 membros das mais poderosas famílias do Portugal do Estado Novo viveriam juntos.

Por então, Luís Maria d'Assumpção de Sousa e Holstein Beck (1919-1997) tinha 56 anos. Recebera a titularidade da Casa Palmela quando esta acumulava história e património de centenas de anos, desde os nobres Sousas do Calhariz do século XVII e com origens ainda mais recuadas, na Lisboa de Quinhentos.

Na Casa Palmela, havia, claro, o património imobiliário – o palácio do Lumiar e o Palacete de Pombal, em Queluz, a que se juntavam o Antigo Palácio dos Sousas ao Calhariz (actual Caixa Geral de Depósitos junto ao Bairro Alto), o





Palácio do Rato (actual Procuradoria-Geral da República), o Palácio de Conceição Velha, em Cascais, o Palácio Sanfrè Piemonte, em Piemonte, Itália, e ainda propriedades rurais, como a Quinta do Calhariz em Azeitão.

A este vasto património edificado acrescia a riqueza financeira em moeda, títulos e acções e, a somar a esta, a riqueza investida em património móvel: o excepcional legado composto pelo recheio de cada uma das propriedades, de “câmaras de maravilhas” ao gosto da decoração neo-renascentista, às “galerias de artes” de tradição moderna; um cúmulo de centenas de obras de pintura, escultura, ourivesaria, tapeçaria, mobiliário nobre, cerâmicas e faianças – uma vista caleidoscópica sobre a História, da antiguidade clássica ao mundo moderno.

Entre essas inúmeras obras estava, por exemplo, a sumptuosa baixela de prata que nos anos 20 de 1800 o barão Henrique Teixeira de Sampaio, primeiro conde da Póvoa e accionista principal do Banco de Lisboa, encomendara a Paul Storr, o mais celebrado ourives inglês do momento.

Póvoas e Palmelas juntaram património

por casamento à segunda geração de ambas casas, quando Domingos de Sousa Holstein, o segundo duque de Palmela, se casou com Maria Luísa de Sampaio Noronha, herdeira do título e fortuna do primeiro conde da Póvoa, que foi seu pai. Quatro gerações volvidas e menos de um ano decorrido sobre a prisão de Luís Maria, um colossal conjunto de três candelabros *rocaille* pesando mais de 65 quilos era fotografado em Genebra, na Suíça, pela Christie’s. O conjunto aparecia anunciado como lote 192 de um leilão cujo título constituía em si uma narrativa de grandiloquência: *Magnificent Silver*.

### Um colosso

Com 446 lotes, o leilão teve o seu próprio catálogo. O título vinha na capa e repetia-se na primeira página, onde as peças de maior destaque surgiam listadas – dez peças, incluindo, em primeiro lugar, um par de terrinas da família Espírito Santo (ver “Parte 1: Os Espíritos Santos”, edição de 9/2/2020). Os candelabros Jorge IV surgem nessa lista inicial. Depois, no interior da publicação,

### Cabeças de javali

Em cima, sala de jantar do Palácio dos Duques de Palmela (hoje, PGR), onde se exhibe parte da baixela encomendada a Paul Storr. Em baixo, uma das terrinas do par Melo e Castro, vendido em Novembro de 1975, também pela Christie’s em Genebra

num texto técnico de página inteira, o mesmo adjectivo do título do leilão voltava a ser usado pela leiloeira para descrever esta “magnífica guarnição assinada por Paul Storr e composta por um candelabro de oito lumes e um par de quatro lumes”.

Ao contrário do que tantas vezes acontece, naquela venda, todas as pertenças foram omitidas e os nomes de proprietários mantidos (até hoje) sob reserva. Mas, sob o olhar atento de colecionadores de todo o mundo, o que acontecia naquele momento era o centro de mesa da baixela do barão Teixeira a entrar pela primeira vez no mercado internacional.

À época, seria facilmente reconhecível pela maior parte dos especialistas portugueses em artes decorativas. A baixela do barão Teixeira fora encomendada com motivos marítimos: concheados, sereias, tritões, peixes, moluscos, crustáceos – uma temática geral relativamente comum no imaginário *rocaille*. Mas o centro de mesa incluía também figuras da mitologia clássica em grupos escultóricos distintivos: o candelabro principal foi decorado com uma representação de Cupido escondido com duas pombas entre os ramos de uma palmeira, onde três ninfas o tentam alcançar em pontas de pés; os dois candelabros mais pequenos foram decorados com folhas de acanto e um conjunto de animais, uma ninfa a segurar Baco, o deus do vinho, enquanto criança, sobre um deles.

Na soma dos três candelabros este centro de mesa pesava 65,8 quilos em prata. E a Christie’s não pesou nem os suportes espelhados de cada elemento, nem o *plateau* (base) do conjunto – o *plateau* media 3,15 metros; uma peça oblonga com seis secções repousando sobre 14 pés em forma de concha e folhagens e uma bordadura de más- ➔

caras báquicas e ramagens de parras. A venda foi a 27 de Abril de 1976 e o lote 192 esteve entre os 90% de lotes vendidos. Foi arrematado por 160 mil francos suíços. São 150 mil euros ao câmbio actual. Uma quantia ainda hoje elevada, mas inimaginável para a generalidade dos portugueses de então, sobretudo em francos suíços, uma das moedas mais fortes da Europa dos anos 70.

No Portugal da primeira metade dos anos 70, um camponês era pago a cerca de 30 escudos a jorna (dia de trabalho). O equivalente a ganhar hoje 3,5 euros por um dia de trabalho.

No Portugal de então, o trabalho rural, incluindo as minas e pescas, representava a fonte de rendimento de cerca de metade de todos os trabalhadores do país, ou seja, mesmo não ficando o único dia doentes, não parando um único dia por causa de uma tempestade, o nascimento de um filho, a morte de um pai ou a celebração da Páscoa ou do Natal, antes do 25 de Abril, cerca de metade dos trabalhadores portugueses fazia menos de mil e trezentos euros por ano. A dividir por famílias alargadas em que muitos, sobretudo os mais velhos, não conseguiam obter rendimento líquido de qualquer tipo.

Mesmo uma década depois do 25 de Abril e da criação do salário mínimo nacional, as remunerações médias mensais de base continuavam baixíssimas: 150 euros em 1985. Quer dizer que, em 1976, o lucro auferido com a venda do centro de mesa da Casa Palmela representava um potencial de riqueza completamente fora do horizonte imaginável pelo grosso da população portuguesa – a mais pobre e iletrada de toda a Europa ocidental.

Acresce que o centro de mesa não era a única peça Palmela no leilão de Genebra.

## Uma fortuna

O leilão da Christie's incluía largas dezenas de outras peças saídas de colecções portuguesas, obras datadas dos séculos XV, XVI, XVII e XVIII e em muitos casos dadas como "raras". De entre elas, pelo menos 26 outras peças eram Palmela. Todas foram vendidas. E é possível que outras mais estejam entre os lotes de proveniência ainda por identificar.

São Palmela todas as peças integradas nos conjuntos do lote 192 ao lote 200, tudo Storr: quatro pares de refrescadores de vinho (15 quilos em prata, o par mais pesado); dois pares de vasos e seus plintos (18 e 19,7 quilos em prata); 12 candelabros agrupados em quatro conjuntos (mais de 13 quilos em prata por conjunto); dois conjuntos de saleiros de prata dourada em forma de concha com oito peças por conjunto (4,5 quilos cada conjunto); e, por fim, seis terrinas em três pares, dois pares redondos e um oval, este último ornado com golfinhos, concheados, crustáceos e folhagens – um dos lotes que a leiloeira decidiu fotografar e reproduzir a cores no catálogo, como à época se fazia apenas com as obras mais importantes.

De um lado, a fazer uma das asas, uma sereia, do outro, a fazer a outra asa, um sereio, ambas figuras de tronco em suspensão, semi-mergulho no ar, as caudas escamadas a descer pelas laterais da barriga das terrinas. Este par pesava 31,6 quilos em prata – foi arrematado por 140 mil francos suíços (130 mil euros, ao câmbio actual).

No total, a venda dos lotes Storr da Casa Palmela fez 573 mil francos suíços. Uma fortuna, não só em termos absolutos – conside-

rando o poder de compra decorrente desta quantia –, mas também em termos relativos – se pensarmos que o leilão, como todo, com os seus 446 lotes, fez 7,2 milhões de francos suíços (6,7 milhões de euros ao câmbio actual) e que esse valor estabeleceu um recorde mundial na especialidade de artes decorativas, praticamente duplicando os 4 milhões feitos pela mesma leiloeira no Outono anterior.

A época da venda, passavam dois anos sobre a Revolução portuguesa. E sobre o lançamento, pela Junta de Salvação Nacional, do novo quadro legal contra a fuga de divisas, dizendo respeito não apenas a moeda e acções, mas a todo o tipo de património móvel – por exemplo, na forma ourivesaria, pintura, escultura, marfins, azulejaria, numismática e livros e mapas antigos.

Dois anos são 24 meses. E 24 meses cobram uma factura de exasperação notória nos testemunhos escritos deixados por especialistas de museus e outras instituições do Estado que, de repente, todos os dias passaram a ser chamados às alfândegas para pareceres de autorização ou interdição de saída de bens pedidos por guardas e outros funcionários fronteiriços sem formação específica nem ferramentas para destrinçar o importante do acessório.

## Ironia

Chamado a avaliar a bagagem de um cidadão estrangeiro, em Janeiro de 1976, José Luís Porfírio, historiador que seria um dia director do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA), derramava a sua mais profunda ironia nas palavras do ofício que, a cada ocorrência, estes especialistas eram obrigados a dactilografar. O tom anunciava-se desde logo no título: "Sobre objectos decorativos de pendurar nas paredes (quadros?) pertencentes ao Sr. B. W. Nelson."

A bagagem a avaliar naquela ocasião incluía 19 presenças que, ao longo do relatório, surgiram designadas como "quadros" – assim mesmo, entre aspas.

No primeiro parágrafo, o especialista dá conta da falta de correspondência entre os objectos e as notas descritivas do processo de exportação. Verifica-se, contudo, correspondência com as fotografias apenas. Assim, o especialista fez seguir o processo com 19 rubricas, uma no verso de cada peça, declarando alegremente: "Trata-se de um lote de reproduções comerciais, tampas de caixas de bombons e alguns originais péssimos cuja saída é de evidente benefício [para o país]."

Nas breves palavras seguintes, o historiador levantava as suas questões de fundo em relação aos procedimentos: "Entre estes objectos figura um diploma, em nome do interessado, em como participou em determinada competição ciclista. Que nos acontecerá se os tiradores de cerveja (que tão orgulhosamente exibem os seus diplomas nas paredes das tabernas e cafés desta terra) decidirem emigrar em massa, levando com eles, devidamente encaixilhada, a prova da sua competência profissional?"

Entretanto, como era do conhecimento de todos no meio das artes e da cultura, bens da maior importância continuavam a sair à margem do crivo alfandegário.

Entre Outubro e Dezembro de 1975, a também historiadora Maria Alice Beaumont escreveu por duas vezes ao director-geral de Assuntos Culturais a questionar "como e quando saíra de Portugal" um conjunto de



## Arte e prisão

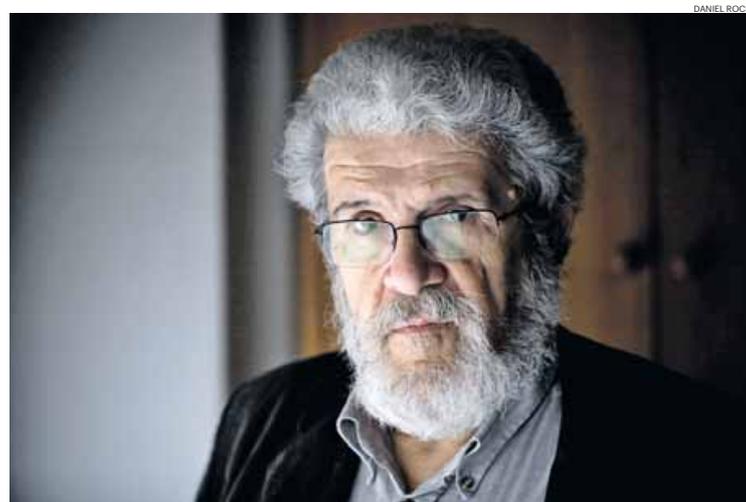
Em cima, *Silver Tureen with Peaches*, de A. F. Desportes (1661–1743), com terrinas Germain iguais ao par Melo e Castro vendido pela Christie's, em 1976; em baixo, prisão de Caxias, onde ficaram detidos muitos capitalistas no pós-25 de Abril. Na página da direita, terrina de Martinho Melo e Castro que a Sotheby's tentou vender em 2019



"preciosas pratas Germain que existiam em Portugal".

Beaumont assumira no princípio desse ano a direcção do MNAA, que seria a entidade competente para a emissão de um parecer de saída a pratas históricas. "Nenhum conservador do museu fez [essa] peritagem de exportação", escreveu esta responsável.

Na carta de Dezembro, esclarece ainda que as pratas em causa tinham sido "há bem pouco tempo vendidas em Genève pela



Na verdade, Galveias e Palmelas cruzaram-se no século XIX, quando duas herdeiras De Sousa Holstein se casaram com dois Lobos de Almeida de Melo e Castro. Aquelas terrinas, porém, mantiveram-se no ramo Galveias, não saindo nunca da linha Melo e Castro.

Fabricado por volta de 1729 e conhecido como “Cabeças de Javali”, o par foi inicialmente adquirido em Paris em 1764 pelo então embaixador de Portugal em França, Martinho de Melo e Castro. À época do leilão de Genebra tinham chegado a José Lobo de Almeida Melo e Castro, décimo primeiro conde de Galveias (1923-1998). Em 1982 deram entrada no J. Paul Getty Museum, de Los Angeles, vindas da colecção do empresário e coleccionador francês Jean Rossignol, que terá sido o comprador em 1975.

Ao contrário das terrinas Espírito Santo (ver edição de 9/2/2020), as terrinas Melo e Castro chegaram à Suíça já sem as suas tampas. Terão originalmente sido ornadas com alcachofras, couves-flor, pãssaros, conchas e camarões, segundo um antigo inventário datado de 70 anos após o fabrico e levantado pelo Getty. Tampas à parte, são idênticas a uma outra terrina Germain em território norte-americano: o mesmo formato oblongo (oval) e as mesmas cabeças e patas de javali a fazer as asas e pés que a extraordinária terrina Germain do Detroit Institute of Art.

Datada de 1733 ou 1734, fez parte de um serviço encomendado por Luís Alexandre de Bourbon e é considerada uma obra-prima de Thomas Germain. A tampa, densamente trabalhada com motivos de caça, é de especial intensidade – as figuras escultóricas que a decoram compõem, na verdade, um quadro: uma natureza morta que usa como figura principal um grande coelho executado no superior pormenor e rigor naturalista que marcou o *rocaille*; de olhos abertos, o animal morto surge dramaticamente caído entre alcachofras, cogumelos e outros legumes e bagas.

Aquisição de 1959, esta obra está desde então no Detroit Institute of Art, não tendo voltado a passar pelo mercado. Mas há apenas meses, em Agosto último, a leiloeira Sotheby’s anunciou que levaria à praça uma outra terrina Germain vinda também da colecção de Martinho Melo e Castro.

Datada de entre 1740-44, a “Terrina dos Lagostins” tinha uma expectativa de venda de 3 milhões de dólares (2,7 milhões de euros). Dando-a como “uma de apenas dois



*Entre estes objectos [inspeccionados] figura um diploma, em nome do interessado, em como participou em determinada competição ciclista. Que nos acontecerá se os tiradores de cerveja (...) decidirem emigrar em massa, levando com eles, devidamente encaixilhada, a prova da sua competência profissional?*

*José Luís Porfírio*



trabalhos maiores deste ourives ainda na posse de privados”, a leiloeira acreditou que atrairia grandes coleccionadores e museus – afinal, tratava-se da “peça mais importante do seu género a ser leiloadada em 20 anos”. Mas não foi assim. O lote acabou por ser tirado de catálogo antes da venda – durante o período de promoção e auscultação prévia, não suscitou o interesse esperado.

Tanto quanto hoje se sabe, a “Terrina dos Lagostins” terá entrado em Portugal com Martinho de Melo e Castro no seu regresso ao país após as negociações para o fim da Guerra dos Sete Anos. Terá voltado a Paris em 1889, quando saiu da colecção do seu último proprietário português conhecido: Tristão Guedes Correia de Queirós e Castelo-Branco, primeiro marquês da Foz 1849-1917.

Detentor de uma fortuna de família engrossada com investimentos na agricultura, indústria e comércio, o primeiro marquês da Foz manteve sempre em paralelo o seu percurso como investidor e uma carreira como político e administrador público, ocupando cargos nas áreas dos seus investimentos pessoais. Fundador e principal accionista da Companhia Nacional de Caminhos-de-Ferro, foi administrador da Companhia Real do Caminho-de-Ferro. Passou também pela banca, como director do Banco de Portugal.

Conhecido coleccionador, nomeadamente de ourivesaria francesa, a sua casa de Lisboa, o Palácio Foz, aos Restauradores, dava dos mais faustosos bailes de Lisboa. Mas essa grande fortuna acabaria por desaparecer.

Já perto do fim da vida, doente e caído em certa desgraça após a saída do Banco de Portugal e o colapso de muitos investimentos, o marquês da Foz escreveria uma carta ao seu “muito estimado amigo” José de Figueiredo, primeiro director do MNA, a quem declarou a maior apreensão quanto ao destino das pratas Germain da baixela real portuguesa, à época ainda a uso em jantares de representação da recém-instaurada República.

O marquês apelava a José de Figueiredo para que influísse no sentido da entrada daquele “conjunto de peças maravilhosas” nas “vitrinas de exposição” do MNA, sublinhando que o uso da baixela não estava sequer “de acordo com os princípios vigentes”: “Representa quase o mesmo anacronismo que apresentar-se o senhor Presidente nas solenidades públicas usando os vetustos coches de D. João V.”

A baixela seria usada ainda por algum tempo – até à entrega à guarda repartida do Palácio Nacional da Ajuda e do MNA.

**Os livros *Os Dias Loucos do PREC*, de Adelino Gomes e José Pedro Castanheira, e *O Ataque aos Milionários*, de Pedro Jorge Castro, estiveram entre as mais importantes fontes documentais para a contextualização da época neste artigo, para além da consulta directa de periódicos nacionais e internacionais. Especial agradecimento ao historiador Nuno Vassallo e Silva, especialista em ourivesaria.**

**Na próxima semana “O caso da Colecção Vinhas – travessia para o Brasil e regresso”**

**Vanessa Rato é jornalista e investigadora em arte e cultura do CHAM — Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa**



Christie’s”. Tendo em conta a cronologia, não podia estar a referir-se ao leilão de Primavera de 1976. Estaria muito provavelmente a comentar o leilão de Outono de 1975, ocorrido apenas um mês antes da escrita da sua missiva. Nesse leilão vendeu-se um par de terrinas decorado com motivos de caça que, tal como as pratas Palmela, pertencera até ali à nobreza portuguesa – um par de terrinas Germain que estava até então com a Casa de Galveias.